



Anais da Assembléia

Número 229

Curitiba, Segunda-feira, em 15 de dezembro de 1997

Ano XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA**

**ATA DA 068ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1997**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury
secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos
Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezoito horas e vinte minutos é registrada a
presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal
Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio
Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio
Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademir
Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio
Zanusso, Beto Richa, Caito Quintana, Carlos Simões,
Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio
Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães,
Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson
Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu
Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João
Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares,
Julio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti,
Marquinhos Alves, Milton Puppino, Nelson Tureck,
Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto
Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo
Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir
Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor
Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Sob a proteção
de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – Procede à leitura da ata da
Sessão anterior, a qual é aprovada sem
observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas
atribuições regimentais e, com fundamento no disposto
pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno,
REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão
e votação da redação final para os projetos aprovados em
2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente
sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua
tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.1997.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o
Plenário a inversão total da Ordem do Dia da Sessão
Extraordinária.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Está
encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor
Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do
expediente, solicitando a inversão total da ordem do Dia
da Sessão Extraordinária – **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima
aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante
da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos
Senhores Deputados:

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 492/97, de autoria
do Poder Executivo – Mensagem nº 058/97, que dispõe
sobre o Orçamento Geral do Estado, para o exercício de
1998. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O..**
SUBSTITUTIVO GERAL DA C.O.. Aprovada. (Publ.
no D.A. nº160, de 30.09.97)

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 492/97**

PARECER:

A ordem jurídica, no que pertine à matéria de
finanças públicas, não admite a atuação empírica, incerta,
insegura.

O orçamento não é apenas uma peça financeira, é
antes de tudo, um instrumento de execução de planos e projetos,
de realização de obras e serviços, visando o desenvolvimento da
comunidade.

A elaboração do orçamento público e bem assim das
leis que versam matéria orçamentária, integra o largo espectro
de ações governamentais.

As ações governamentais, por sua vez, devem ser
previamente estabelecidas e para que possam ser efetivamente
concretizadas, faz-se necessária a previsão dos meios para a
consecução dos fins – é o que faz a peça orçamentária. Formula
objetivos, adota prioridades e especifica ações a serem
empreendidas para a sua realização concreta, através da
previsão da receita e fixação da despesa.

Num estado democrático de direito, todas as ações
governamentais prioritárias devem estar sujeitas à participação
do Poder Legislativo.

Ao lado da função típica do Poder Legislativo, qual
seja, criar a lei, está a sua mais relevante função que é a
fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, dentre os
quais está a elaboração do orçamento-programa.

A participação do Poder Legislativo no processo de
aprovação das leis orçamentárias e a fiscalização da execução
orçamentária é nota específica dos estados democráticos.

Sendo formado por mandatários do povo brasileiro,
ao Poder Legislativo incumbe a indeclinável tarefa de preservar
as liberdades e o Estado de Direito, intermediando o permanente
diálogo entre governantes e governados.

E foi no desempenho de tal mister, que os
parlamentares que compõem esta Casa de Leis, apreciaram o
projeto de lei orçamentária para o exercício de 1998 a ela
apresentando 6054 (seis mil e cinquenta e quatro) emendas.

Exercendo com fidelidade a função máxima que lhes
reserva o texto constitucional, de participação no processo de
aprovação da lei orçamentária, os Deputados, que integram este

parlamento, a ela apresentaram, por via de emendas, propostas de alteração com o nítido e único intuito de melhor atender às necessidades do povo paranaense, e desta maneira realizar o bem comum, fim último da atividade estatal, em todos os seus níveis.

Por estarem tecnicamente corretas, e por versarem objetivos nitidamente, de interesse público relevante, já que destinadas a proporcionar melhor qualidade de vida à comunidade paranaense, às emendas à despesa foram acatadas, por este Relator, na sua integridade. Quanto às emendas, assim chamadas, "ao conteúdo programático", foram acatadas as que obedeciam às disposições legais e constitucionais para sua elaboração, ou seja, as que estavam dentro dos padrões técnicos necessários.

Ressalte-se, por oportuno, que muitas emendas "ao conteúdo programático" foram rejeitadas, por implicarem em aumento de despesa, o que a técnica repudia nesta espécie de emenda. As disposições legais e constitucionais que disciplinam a matéria orçamentária, assim não o permitem. A menção a valores a serem acrescidos ou deduzidos do orçamento, deve ser feita em sede de emendas à despesa.

Quanto às emendas ao texto da lei, foram parcialmente acatadas.

Aquelas que se dirigiam a manutenção das prerrogativas constitucionais dos parlamentares, foram acatadas em sua quase integridade, pelo que, houve por bem este Relator, suprimir os incisos III, V, VII do Art. 9º e o Art. 16º. Foram rejeitadas apenas aquelas que poderiam, diretamente, ou por via oblíqua, inviabilizar a execução do orçamento-programa por parte do Poder Executivo, pois, ao lado da participação na elaboração da peça orçamentária, está também a função do Poder Legislativo de apresentar os interesses da comunidade junto aos governantes (Poder Executivo).

É certo que, se a aprovação do orçamento, introduzir-se óbice intransponível a execução orçamentária, tal medida estará, por certo, atuando em prejuízo das municipalidades deste estado e das suas respectivas comunidades.

A renovação do Poder Legislativo brasileiro está, definitivamente, relacionada com o exercício pleno das tarefas e prerrogativas que a constituição lhe atribuiu.

Rapidez e eficácia na elaboração das leis, dentre elas com especial destaque estão as orçamentárias, grandeza e autoridade nas relações com o Poder Executivo, concorrem certamente para a afirmação do Poder Legislativo como poder representativo e autêntico.

Ante ao exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral apresentado.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 492/97

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1998, compreendendo:

I - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da administração indireta,

II - O Orçamento de Investimentos das empresas públicas das sociedades de economia mista.

SEÇÃO II - DE ESTIMA DE RECEITA

Art. 2º - A Receita total, compreendendo os Orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, e estimada no valor de R\$ 13.063.861.837,00 (treze bilhões, sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentos e trinta e sete reais).

Parágrafo Único - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e o ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 30 da Lei Estadual nº 11.802, de 17 de julho de 1997, e a Legislação Estadual pertinente, nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

EM R\$ 1,00

1 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

R\$ 10.563.653.757

1.1 - RECEITAS CORRENTES R\$ 5.261.372.360

1.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 5.302.281.397

2 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL E FUNDOS (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO ESTADUAL)

R\$ 1.597.628.990

2.1 - RECEITAS CORRENTES R\$ 1.376.925.310

2.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 220.703.680

3 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, PAR O ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIA DO TESOUREO ESTADUAL)

R\$ 902.579.090

3.1 - RECEITAS CORRNTES R\$ 585.853.240

3.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 316.725.850

4 - TOTAL DA RECEITA R\$ 13.063.861.837

4.1 - RECEITAS CORRENTES R\$ 7.224.150.910

4.2 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 5.839.710.824

SEÇÃO III - DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração indireta discriminados no anexo III, estimam a receita em R\$ 12.161.282.747,00 (doze bilhões, cento e sessenta e um milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais) e fixam a despesa em igual valor.

Art. 4º - O Orçamento de Investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as Receitas Próprias e as Receitas de Transferência do Estado, está estimado em R\$ 1.371.285.130,00 (Hum bilhão, trezentos e setenta e um milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e trinta reais) com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no anexo VI desta Lei.

Art. 5º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam no anexo II, integralmente desta Lei.

Art. 6º - O Programa de Obras custeadas com recursos do Tesouro e de outras fontes está detalhado no anexo V desta Lei.

SEÇÃO IV - DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de primeiro de julho de 1997, poderão ser corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1997, dando ciência prévia a Assembleia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas com construção de salas de aulas e melhorias em outras dependências em diversos municípios. **COM PARECRES EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.326.727,00 (Um milhão trezentos e vinte e seis mil setecentos e vinte e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional, visando atender despesas com construção de salas de aulas em diversos municípios. **COM PARECRES EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/7, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o prêmio Estado do Paraná ao Waldyr Jansen de Mello. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 713/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo adiar ao Município de Ibaiti, imóvel que especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/97, de autoria do Deputado João Techy Filho, que altera o art. 1º da Lei nº 11.877, de 25 de novembro de 1997. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina trecho da PR-218, de Jorge Baggio. **COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/97, que institui o PARANAEDUCAÇÃO. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 02 (duas) de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni e Orlando Pessuti, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 686/97**

Suprima-se do Projeto de Lei nº 686/97, o artigo 23 remunerando-se o artigo 24 como artigo 23.

Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) **VALDIR ROSSONI**

Apoio: João Techy, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães e 2 assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A redação do art. 23, encerra a idéia de que a competência de sistematização da legislação estadual que rege a educação e ensino deixa de ser do Conselho Estadual de Educação, como está estabelecido na Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964 (especialmente no Art. 74), para ser atribuída ao PARANAEDUCAÇÃO.

Inobstante não seja essa a intenção da mensagem governamental, é de todo apropriada a supressão proposta, prevalecendo a legislação em vigor, que atribui competência ao Conselho Estadual para normalizar, sistematizar e fiscalizar o Sistema Estadual de Educação.

**EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 686/97**

Inclua-se as letras (h) e (i) ao Artigo 8º do Projeto de Lei nº 686/97, com a seguinte redação:

Art. 8º - ...

h) Um representante das Entidades Estudantis do Estado do Paraná indicado de comum acordo pela União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e pela União Paranaense dos Estudantes (UPE);

i) Um representante das Secretarias Municipais de Ensino a ser indicado de comum acordo, pela Federação dos Municípios do Paraná (FEMP) e Associação dos Municípios do Paraná (AMP).
Sala das Sessões, em 15.12.97.

(a) **ORLANDO PESSUTI**

Apoio: Renato Adur, Toti Colaço, Caio Quintana e Antonio Annibelli.

O Projeto irá primeiro à Comissão de Justiça e depois à Comissão de educação.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 710/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que incorpora aos proventos de inatividade do policial civil a gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 220, de 08.12.97).**

O SR. CAITO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar, na questão de votação do orçamento, uma forma "sui generis" apresentada na Casa. Se por um lado nós comentamos a aceitação das emendas dos Parlamentares, por outro lado nós pura e simplesmente aumentamos o valor do orçamento. Aumentamos o valor da Mensagem de Orçamento e nesta altura eu me pergunto: Talvez tivesse sido mais importante para os Parlamentares, apresentar 5, 10 bilhões de emendas, porque se é possível aumentar receita através de emenda orçamentária, é uma coisa que fica meio complicada. Voto favorável, o orçamento tem que ser votado, no entanto, tenho certeza absoluta que o Governo não cumprirá no mínimo este Um milhão e meio que foi aumentado por força de emendas de despesas sem apresentação de nenhuma característica de receita.

O SR. ÂNGLO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria somente de registrar o voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito. Segundo o Ex-Deputado Leomar Baleiro, o orçamento no Brasil, ainda é uma ficção jurídica.

O SR. EMERSON NERONE - O nosso voto contrário da Comissão de Orçamento e de novo aqui, o voto contrário do PSN ao Projeto do Orçamento, primeiro porque ele é tão iveridico, tão absurdo, que tem recursos previstos para 3 vezes a execução orçamentária deste ano. 13,2 bilhões de reais previstos para o ano que vem, enquanto a execução deste ano se algo em torno de 4,5 bilhões de reais.

Segundo, o acolhimento de 4.500 emendas dos Deputados que continham valores, foi a única forma que o Relator encontrou que num universo absurdo como o Governo mandou, um Projeto de orçamento com 12 bilhões de reais previstos para execução, as 4.500 emendas com valores foram acolhidas e isto causou um acréscimo e não uma mudança na Lei Orçamentária. Todo ano havia um acolhimento de uma quantidade de emendas e remanejamento dos valores dentro das possibilidades do orçamento. Este ano não, este ano houve o acolhimento de 4.500 emendas no valor total de 1,2 bilhões de

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao final de cada trimestre, a correção dos valores dos Orçamentos Fiscal e Própria da Administração indireta e do Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, dando ciência a Assembléia Legislativa.

Parágrafo 1º - As correções de que trata este artigo não poderão ultrapassar os índices de crescimento da Receita de arrecadação própria do Estado mais as transferências Federais.

Parágrafo 2º - No prazo de 15 (quinze) dias, após as correções, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por unidade orçamentária e por projetos e atividades.

SEÇÃO V - DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE FONTES.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, autorizado, no que lhe cabe, a:

I - Abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, e o pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das dotações previstas neste Orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de Recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de Receitas Próprias da administração indireta, para aplicação em programas aprovados por esta Lei, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º, do Art. 43, da Lei Federal, nº 4.320, de 17 de março de 1964.

III - Abrir créditos suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das dotações definidas neste Orçamento, utilizando como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

IV - Proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos projetos e atividades e das obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei.

V - Alterar o programa de obras, orçado nesta lei a nível de projetos e atividades orçamentárias, até o limite de 10% (dez por cento), custeados com recursos do tesouro e de outras fontes, desde que tecnicamente justificado.

Art. 10 - Fica o Poder Legislativo autorizado, a proceder ajustes no seu Orçamento, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

Art. 11 - Fica o Poder Judiciário autorizado a proceder ajustes no seu orçamento, nos termos da Lei, dando ciência ao Tribunal de Contas e ao Poder Executivo.

SEÇÃO VI - DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas com vistas a sua otimização administrativa, em especial os referidos nos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização ou descentralização dos recursos para o pagamento de precatórios, das dotações do Tesouro Estadual, previstas na Procuradoria Geral do Estado, administração geral do Estado - recursos sob a supervisão da SEFA e nas unidades da Administração indireta do Estado.

SEÇÃO VII - DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DOS CRITÉRIOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 14 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da Receita, nos termos da Lei.

SEÇÃO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - A Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de 20 dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará e encaminhará a Assembléia Legislativa do Estado os quadros de detalhamento de despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos Orçamentos Fiscal e Próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no Art. 7º desta Lei.

Art. 16 - Fica assegurada a desatinação de 10% (dez por cento) dos recolhimentos das taxas de serviço do DETRAN e taxa de saúde, taxa de segurança, receitas do concurso de prognósticos, do IPVA (embarcações) e Lei do bingo nos termos da Lei nº 11.091 - para a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, destinado à implementação de programas de assistência ao menor.

Art. 17 - De acordo com as alterações procedidas no Art. 2 desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a elevar a receita de recolhimento centralizado no montante de R\$ 1.216.494,00 (Hum bilhão, duzentos e dezessete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais).

Parágrafo Único - O valor a que se refere o caput desse artigo será incorporado nos códigos 1762.01.00 e 2462.01.00 - Transferências de convênios com órgãos Federais.

Art. 18 - Passam a fazer parte integrante da presente lei, os anexos VI e VII, devendo, o Poder Executivo proceder as alterações deles decorrentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação da presente.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.12.97.

(a) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 115/97, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), ao vigente orçamento do Departamento de estradas de Rodagem - entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, visando possibilitar fiscalização e acompanhamento dos trechos do Programa Caminhos da Educação. COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 114/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), ao vigente orçamento do Departamento de Estrada de Rodagem - entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, visando atender despesas com execução de serviços de revestimento primário no trecho Leopoldo Jacomei - Estrada da Graciosa. COM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 113/97, que aprova ajuste no Programa de Obras no valor de R\$ 2.238.961,00 (dois milhões duzentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e um reais),

reais e simplesmente criou-se novos recursos ou novas fontes de recursos para o ano que vem. É mais ou menos chegar no Banco Central, não tem dinheiro e então manda rodar. Não tinha jeito de ser diferente já que um orçamento de 12 bilhões e um de 13,2 bilhões de reais é só em véspera de Natal mesmo que pode ser votado. Parece mesmo que é uma brincadeira de Papai Noel.

E mesmo, Deputado Anibal Khury, que haja esta fama do Orçamento ser extremamente imprecisa ou uma peça de ficção, mas há possibilidade, agora com a inflação muito pequena, de que haja uma aproximação com os valores realizados este ano. Se houvesse um mínimo de aproximação dos valores com este ano, ainda ficaria plausível que nós votássemos, independente das emendas acolhidas ou não.

Portanto, o voto contrário pelo absurdo que se deu em toda a tramitação deste projeto, mas principalmente no momento que saiu do Governo com este valor totalmente inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – A Mesa comunica que se encontra no Salão Nobre o Presidente do PT, o Lula, Presidente de Honra do PT, que está aqui nos visitando.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) – Senhor Presidente, V. Exa. Falou bem e citou Leomar Baleiro, um grande componente da bandinha da UDN, quando ele diz que a peça orçamentária é uma peça fictícia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – É uma ficção jurídica.

Aliás, no Jornal do Brasil de ontem também traz uma matéria muito importante sobre o orçamento e fala também que ainda no Brasil o orçamento é uma peça de ficção jurídica.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA – Eu quero caminhar na mesma direção do senhor. E o Leomar Baleiro se foi, faz tempo, e nós continuamos aí com a ficção do orçamento e ele, evidentemente, se transformou numa ficção maior, porque no ano passado de um valor de 6 bilhões e 318, nós acrescentamos para 9 bilhões 347, só em receitas, recolhimentos centralizados, tendo um aumento, sem como

justificar, da ordem de 47,92%, enquanto que na realidade nós conseguimos realizar apenas 3 bilhões 932 milhões de reais. Isto mostra que no quadro geral se encontrarmos as receitas próprias da administração, houve um acréscimo de 45,95 no orçamento e não temos como realizado um orçamento que já não teve praticamente 60% dele realizado.

Então, é uma situação que nos coloca aonde a própria Casa vai perder a condição de fiscalização e acompanhamento, Deputado Pessuti, porque com o orçamento de quase 11 bilhões e com o acolhimento das emendas para quase 13 bilhões ou perto disto, evidentemente a Casa perde todo o controle do acompanhamento de uma peça que em qualquer lugar do mundo, em qualquer democracia ela é de fundamental importância para que possamos acompanhar o desenvolvimento e ação da administração.

É lamentável e por isso, Sr. Presidente, o meu voto é contrário em função da situação em que se colocou o orçamento deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Sobre a Mesa, requerimento nº 3300, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei nº 341/97

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 702/97

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 492/97

DISCUSSÃO ÚNICA – do Projeto de Decreto Legislativo nº 028/97.

Levanta-se a sessão